

CONFLITOS NA APROPRIAÇÃO E USO DO RIO POR COMUNIDADES RIBEIRINHAS DAS ILHAS DE ANANINDEUA - PARÁ

Aninha Melo Moreira *. **Orientadora: Dr. Lourdes Gonçalves Furtado ****. **Co – Orientadora: Ms. Isolda Maciel da Silveira *****.

* Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Av. Perimetral, 1901 – Bairro: Terra Firme – Belém – CEP: 66075-650 – aninha.melo@bol.com.br. ** Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Av. Perimetral, 1901 – Bairro: Terra Firme – Belém – CEP: 66075-650 – lgfurtado@museu-goeldi.br. *** Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Av. Perimetral, 1901 – Bairro: Terra Firme – Belém – CEP: 66075-650 – isolda@museu-goeldi.br

Palavras-chave: Conflitos, Populações Ribeirinhas e Pesca Artesanal
Área do Conhecimento: VII Ciências Humanas

Na região Amazônica a partir da década de 70, começam a ocorrer uma série de alteração na atividade pesqueira, em função das inovações tecnológicas na área dos transporte (malha rodoviária), ao armazenamento do pescado e o grande aumento da demanda pelo produto pesqueiro (Mc Grath, 1993), aliado ao aumento da demanda de pescado nos centros urbanos amazônicos (FURTADO, 1993), conflitos começam a eclodir. Nesse processo de conflitos, temos diversos atores (atravessadores, fazendeiros, varzeiros, pesca industrial, etc.) com divergentes interesses, entre eles estão as populações tradicionais, que possuem uma relação íntima com o meio ambiente, que são fonte direta de seu sustento e têm que ser trabalhado a ponto de ser mais produtivo (FURTADO, 1993). Com o avanço do modo capitalista de produção aos mais diversos espaços, acabam interagindo direta ou indiretamente com tais populações, muitas vezes desarticulando-as. Nossa percepção sobre conflitos é fruto de trabalhos realizados no projeto Recursos Naturais e Antropologia das Populações Marítimas, Ribeirinhas e Estuarinas da Amazônia – RENAS, que vem realizando estudos sobre

as populações pesqueiras, sua organização social, sistemas produtivos, etc. Dentro deste projeto maior encontra-se o Projeto Manejo Alternativo de Conflitos – MAC, que objetiva identificar, caracterizar e direcionar soluções de conflitos sócio ambientais. Inicialmente concentramos nossos estudos no Nordeste Paraense, na Zona do Salgado, no município de Marapanim, mas precisamente no distrito de Vista Alegre do Pará, onde podemos observar as relações que as populações tradicionais exercem com o ambiente aquático que as cerca, tal relação pode ser observada através de sua cultura, de seu cotidiano e da atividade pesqueira. Onde foi possível observar uma mudança nas técnicas de realização da atividade, que nos levaram a busca pela causa da mesma, foi quando nos deparamos com um processo maior, a existência de conflitos nos arredores da comunidade. Conflitos estes entre pescadores locais e pescadores oriundos de outros município, que se deslocavam até a área em busca de uma melhor “pescaria”, causando insatisfação, nos pescadores locais, já que “os de fora” eram melhor equipados, possibilitando aos mesmo uma maior produtividade. Despertando assim o interesse em estudar, se estes conflitos

ocorrem no estuário e como ocorrem, para futuramente subsidiar um estudo comparativo para avaliar as diferenças e semelhanças do processo de formação e atuação dos conflitos, se a estrutura da população é a mesma, antes e depois do conflito, sua organização, seu modo de vida. Desta forma elegemos o município de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, especificamente as Ilhas de Ananindeua (João Pilatos, Sassunema, Viçosa, Mutá e Santa Rosa), para atual área de estudos, objetivando identificar tensões e / ou conflitos, atores envolvidos, foco de atuação e alterações no modo de vida e base produtiva. A atividade pesqueira hoje enquanto setor produtivo apresenta questões eminentemente geográficas, tais como a da relação sociedade e natureza e a da gestão do território, e para compreendermos tal processo, é necessário aliar aos estudos e métodos antropológicos para termos um quadro geral da situação. A reprodução da pesca artesanal e dessas comunidades esta ligada a preservação, qualidade e gestão dos ambientes aquáticos. Já foi ressaltada a importância da pesca artesanal na preservação dos recursos naturais em diversos autores e documentos como a Carta de Óbidos, textos expostos na ECO -92, onde foi elaborado o "Tratado sobre a pesca", situando a importância da pesca artesanal na preservação dos ambientes marinhos, costeiros e de águas interiores. Mas é importante perceber que além da preservação ambiental ocorre a preservação de um grupo social, de uma cultura que organiza-se em torno da atividade e da relação com a natureza. O conceito de conflito vem sendo construído sob os mais diversos parâmetros de análise. Para a Literatura Clássica, o que precede o conflito é a tensão, esta por sua vez seria algo comum a sociedade, ou seja, nenhuma sociedade vive plenamente, sempre existem os momentos de tensão, mas para estas se tornarem conflitos, irá depender dos atores e interesses envolvidos. A Literatura Clássica diz ainda, que quando uma tensão envolve atores homogêneos (uma mesma categoria social – como os pescadores artesanais –, de uma mesma comunidade, um mesmo grupo cultural, etc.) há uma probabilidade menor da mesma se torna um conflito, já que em

alguns momentos os objetivos tangenciam-se, entretanto a tensão que se caracteriza por atores heterogêneos, tende a se torna um conflito, pois os interesses são divergentes. Podemos encontrar na Antropologia um conceito mais abrangente, que considera como conflito, *desde simples manifestações de insatisfação por parte de categorias envolvidas, até as agressões mútuas envolvendo de corriqueiros confiscos de instrumentos de pesca até mortes* (FURTADO, 1993). Nosso trabalho tem uma base interdisciplinar tentando encontrar pontos de convergência entre a Antropologia e a Geografia, com objetivo de observar as relações existentes entre as populações tradicionais pesqueiras e a produção de seu espaço. Assim, para a Geografia a ocorrência de conflitos é fruto da disputa por territórios de pesca. Observamos assim o conflito entre pesca artesanal e pesca industrial, pescas artesanais e pesca comercial, pescadores e fazendeiros, etc. A etnografia, que consiste num levantamento de dados sobre sociedades tradicionais e na sua descrição, com finalidade de conhecer melhor o modo de vida de determinados grupos, foi nosso aporte norteador para o desenvolvimento do trabalho. Para a realização da etnografia é necessário a realização de forma simultânea de levantamento bibliográfico e o trabalho de campo. Autores como FURTADO (2001, 1994-1993), SORRE (1968), GOMES (2001) e ALONSO (1998), caracterizaram-se como bases iniciais da temática aqui discutida. Nesta fase também realizamos uma pesquisa quantitativa, com base na contagem de 1996 e no censo de 2000, feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e dados sócio-quantitativos junto a Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente do Município de Ananindeua. Além de dados cartográficos onde contamos com o apoio da Unidade de Análises Espaciais do Museu Paraense Emílio Goeldi – UAS e da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente de Belém – SECTAM, tais dados possibilitaram um melhor reconhecimento da área em estudo e a construção de uma cartografia da mesma. Métodos como a observação direta e técnicas como registros fotográficos, entrevistas informais com a comunidade,

possibilitaram a construção de um perfil da ocupação das ilhas. Após estudarmos uma comunidade na Messorregião do Nordeste Paraense, na Microregião do Salgado, situada ao longo da bacia hidrográfica do rio Marapanim e apresentam como aspectos naturais, mangues, praias, rios, furos e igarapés, neste trabalho observamos o modo de vida da comunidade, os seus aspectos produtivos, nos quais demonstram-se influenciados pelos ecossistemas em seu entorno. Onde foi possível observar a existência de conflitos, na apropriação e utilização dos recursos naturais, que segundo Furtado, entende-se por conflito: *...tensões que assumem feições variadas, as quais vão da simples manifestação de insatisfações por parte das categorias envolvidas, passando por antagonismos entre classes, até as situações de recíproca agressão..., tais conflitos, se não resolvidos a partir das estratégias criadas e indicadas pelos próprios moradores, tendem a deteriorar, ainda mais as condições de vida do pescador.* (FURTADO, 1993. p. 389). Como ressaltado anteriormente, o surgimento do interesse em observar se esses conflitos acontecem no estuário e qual sua forma de ocorrência, atores envolvidos etc. Nossa área de estudo passa a ser as comunidades ao longo da Bacia hidrográfica do rio Maguari. No município de Ananindeua, ao longo do rio Maguari, entre furos e igarapés, 5 ilhas fluviais em terrenos de várzea, ocupadas por populações ribeirinhas, são elas, João Pilatos, Sassunema, Mutá, Santa Rosa e São José. Inicialmente, tivemos dificuldades em identificar o número de ilhas, já que na bibliografia consultada sobre área demonstrava que eram de doze a treze ilhas, o que não se constatava, nas viagens de campo, para resolver tal questão foi necessário reunir membros das comunidades, até o momento das ilhas para esclarecermos essa situação. Foi quando munidos de uma mapa municipal e outro da região metropolitana de Belém, a comunidade esclareceu que em Ananindeua, temos 5 ilhas(as citadas anteriormente), e dentro dessas cinco ilhas de doze a treze comunidades, que são, Igarapé Grande, João Pilatos, Santa Maria, São José Maritubinha I, Maritubinha II, Bela Vista, Sassuá, Nova Esperança, Cajueiro, Rodão e

São Pedro. As populações das ilhas tem como atividade principal, a extração de açaí, a pesca, a coleta de camarão, a produção de farinha e carvão. Não tendo a atividade principal, todas fazem parte da produção, elas se diferenciam apenas pela época do ano, ou seja, a uma rotatividade das atividades dependendo da sazonalidade. Dentre as ilhas escolhemos a Ilha de João Pilatos, como área de estudo, por ter uma facilidade maior de acesso, e por possuir o maior número de comunidades(nove), especificamente elegemos as comunidade de Igarapé Grande e João Pilatos, por serem as comunidades com maior contingente populacional. Tornou-se pertinente o desenvolvimento de um estudo sobre a temática de conflito sócio ambiental no local, na medida em que temos depoimentos de moradores sobre a dificuldade que encontram para realizar suas atividades, em função da entrada de atores externos, em seu território. As comunidades das ilhas vivem em função das marés, são elas que dizem qual o horário de colocar e retirar os matapis, redes, tarafas, o momento de levar para a cidade os produtos de pesca, dos produtos da florestas, da mandioca e da farinha. As comunidades de Igarapé Grande e João Pilatos estão distas uma da outra, aproximadamente uma hora e meia de caminhada no meio da floresta, por em alguns momentos passa-se por áreas alagadas e por entre pequenas lagoas. Igarapé Grande possui, 16 domicílios, que totalizam 75 pessoas, cujo maior contingente populacional esta na faixa etária entre 0-15 anos. Em João Pilatos, possui 22 domicílios, totalizando 115 pessoas, que também concentra na faixa etária entre 0-15anos . Nas duas comunidades as casas são de madeira, não possuem luz elétrica, algumas tem bateria(que utilizam pela noite, apenas na hora do jantar e do jornal). Não apresentam água encanada, geralmente é poço, não é dado nenhum tipo de tratamento água para beber. As fossas são de madeira, o banheiro é externo. No que tange ao tratamento dado ao lixo, no verão ele é queimado, durante o inverno, algumas vezes enterram, e na maioria o lixo fica acumulando ao lado das casas ou no fundo dos quintais, o que traz consigo, mosquitos, pernilongos, cobras e escorpiões. Tal quadro, precário,

de saneamento básico que não consegue atender nem as necessidades básicas da população local, já que em situações de picadas de cobras e escorpiões a única solução é a medicina caseira, através de plantas medicinais, na maioria das vezes as pessoas vem a falecer pela inexistência do soro e a dificuldade de transporte para a sede municipal. A subsistência nas comunidades ocorre através de quatro sistemas produtivos, a pesca, a agricultura, a produção de carvão e a caça. Todos estão ligados ao consumo familiar, sendo que a pesca, a produção de carvão são destinados para venda. A pesca, é realizada de forma artesanal, com a utilização de redes, espinhel, matapis. Esta atividade é mais presente na comunidade de João Pilatos, onde existem barcos de pequeno, médio e grande porte. Na comunidade de Igarapé Grande, existem mais barcos de pequeno porte, direcionando a atividade para o consumo familiar. Entretanto, uma experiência de criação de peixes em gaiolas, esta sendo implementada na comunidade, com o apoio da Secretaria de Agricultura do Município de Ananindeua e a SAGRI. Notou-se a existência de tensões em dois dos sistemas produtivos da comunidade, que seria a pesca e a produção de carvão. No caso da pesca está ligado a assaltos feitos aos pescadores artesanais quando estes estão realizando a atividade, o interesse dos ladrões, está no equipamento dos barcos, principalmente na peça que possibilita a ré nos barcos. Mas algumas vezes, roubam o barco por completo, os instrumentos de pesca e a produção, posteriormente afundando o barco. Levando aqueles que foram assaltados a não realizarem mais a atividade, e os que ainda tem condições de continuar pescando, a mudarem seus hábitos, horários, o que prejudica a produtividade. Na pesca a tensão instala-se na primeira parte, prejudicando todo o circuito. Os casos de assaltos a barcos não restringem-se aos de pesca, todo e qualquer barco nas mediações do furo do Maguari está sujeito a ação dos “piratas”. Em relação a produção de carvão, pela escassez nas proximidades das comunidades de Igarapé Grande e João Pilatos, os produtores são levados a comprarem madeira de atravessadores que as retiram em outras

ilhas, causando insatisfação dos moradores dessas outras ilhas, já que, não aceitam a “invasão”, para retirada de madeira, ou seja, a tensão se instala no primeiro ponto do circuito, espalhando-se por todo ele. Além da problemática do transporte em função dos casos de pirataria. Tal quadro vem ocasionando mudanças nos hábitos da comunidade, no que diz respeito a produção o que nos leva a refletir sobre a relação que estas populações estabelecem o com o ambiente que as cerca. Tais relações, entre o homem e os ecossistemas que vão desde o imaginário até a base produtiva, possibilitando a construção de um modo de vida específico, e seja qual for a alteração que este meio natural e as relações de produção possa vir a sofrer, mudanças ocorreram, assim: *Os ecossistemas costeiros encontram-se assim, submetidos a violentas pressões, que afetam o patrimônio natural e cultural e o modus vivendis das populações, através da eliminação de traços históricos, artísticos e paisagísticos, empobrecendo assim a memória nacional.*(FURTADO, 2002). Para compreender as relações sociais da comunidade com o ambiente que a cerca, foi necessário a descrição de seu gênero de vida, como enfatiza Gomes(2000): *...cada gênero de vida só pode ser compreendido a partir do meio ambiente e da cultura no qual ele se inscreve. Os gêneros de vida são portanto, os meios específicos que cada nação encontra para se enraizarem um dado território, graças as ferramentas que sua própria cultura desenvolve.*(GOMES, 2000, p. 145). O conceito de gênero de vida torna-se mais abrangente, para inserir a temática de conflitos em populações tradicionais, estabelecendo relações com a Geografia e a Antropologia. Assim propomos futuramente desenvolver um trabalho na Zona do Salgado, para ampliar nossa percepção sobre as questões de conflitos na apropriação dos recursos naturais em populações tradicionais e especificamente na atividade pesqueira, para subsidiar um estudo comparativo, sobre a temática.

Referências.

- CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Das Cidades, 1971.
- CASTRO, Edna. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. Papers

do Núcleo de Altos estudos Amazônicos – NAEA. N°92. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Comunidades Tradicionais: Sobrevivência e Preservação Ambiental*. In: *A Amazônia e a Crise da Modernidade*. Maria Ângela D'Incão e Isolda Maciel da Silva (Orgs) Museu Paraense Emílio Goeldi – Belém – PA, 1994.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Currulistas e redeiros de Marudá*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Pescadores do Rio Amazonas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. *Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia*. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves Org. *Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA/ NUMA, 1997. Coleção Universidade e Meio Ambiente. Vol. 9.

FURTADO, Lourdes Gonçalves; MELLO, Clara Ferreira e SENNA, Cristina. *Impactos naturais e antrópicos em manguezal do litoral nordeste do estado do Pará*. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves e QUARESMA, Helena Dóris de Almeida. *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo: razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 5ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999

SILVEIRA, Isolda Maciel da. *Quatipuru: pescadores, coletores e agricultores em uma vila amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979.